

# MANIFESTO LIBERTÁRIO

Joaquim Sá Couto, MD MBA

2022



## PREFÁCIO

O libertarianismo é uma corrente política que se tem vindo a desenvolver, especialmente nos EUA, desde o início do século XX. O termo em si – “libertarianismo” – começou por ser uma bandeira da esquerda anarquista contra a autoridade e o poder do Estado, mas acabou cooptado (Murray Rothbard) por movimentos minarquistas que promovem uma defesa radical dos direitos cívicos e do capitalismo de “laissez-faire”.

De certo modo, o crescimento do libertarianismo da direita “liberal e capitalista” ficou muito a dever-se à expansão do intervencionismo estatal impulsionado pelo “New Deal”, do presidente Franklin D. Roosevelt, na medida em que se pode considerar uma reação ao aumento do poder do Estado e à violação dos chamados direitos primários dos cidadãos pela adoção de direitos secundários ou económicos, que

põem em causa a liberdade e o direito de propriedade.

Foi como se na matriz cultural dos EUA soasse uma voz de revolta, uma espécie de “alto e para o baile, que estão a atacar os meus direitos constitucionais”. E, na verdade, não é preciso um grande esforço para compreender e fundamentar a origem e a natureza desses direitos, que vai muito para lá da extraordinária DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DOS EUA.

*“Consideramos estas verdades como autoevidentes, que todos os homens são criados iguais, que são dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes são vida, liberdade e busca da felicidade”.*

Desde logo porque são direitos radicados na chamada Lei Natural, que Santo Agostinho considerava que sempre residiu no coração do Homem, mesmo antes de Deus ter comunicado os Seus 10 mandamentos a

Moisés. O chamado DECÁLOGO, que pode ser considerado a primeira “Bill of Rights”.

John Locke, em 1689, faz eco desta perspectiva ancestral quando afirmou que **“Os direitos individuais já existiam antes de haver governos”**.

Robert Nozick (1938 - 2002), no seu livro “Anarquia, Estado e Utopia”, tira as devidas conclusões sobre a amplitude e consequências do “originalismo constitucional”:

**– O Estado mínimo é inevitável se respeitarmos os direitos individuais.**

Os libertários têm, portanto, do seu lado toda a força da história e da razão humana. Ou respeitamos a soberania individual e estamos do lado da liberdade ou colaboramos com formas imorais de exploração e de escravidão. A escolha é clara.

Neste ensaio, que redenominei MANIFESTO LIBERTÁRIO (Meditações na 1ª edição), recuei até René Descartes e à sua dúvida metódica a culminar na única certeza inabalável: a da existência – por decorrer do pensamento.

O exercício filosófico de Descartes é antes de mais um exercício de liberdade de pensamento e do livre-arbítrio que é necessário para focar a atenção nos respetivos pontos de interesse analítico.

Sem liberdade de pensamento não é possível alcançar o “cogito”, a essência da existência e, portanto, nada seríamos – não teríamos “abandonado o paraíso”.

Sem liberdade para a ação, não poderíamos também reagir ao nosso contexto e ambiente de forma a defender a vida. Este facto tornou-se dolorosamente evidente durante a crise da Covid-19 em que os confinamentos determinaram um excesso de mortalidade

assinalável (e criminal do meu ponto de vista).

Abordo ainda a importância fundamental da matriz cultural em que vivemos e crescemos, a relevância de Deus enquanto conceito de verdade e de imortalidade, o minarquismo como modelo de libertarianismo e, por fim, a necessidade de deixar espaço a cada indivíduo para desenvolver a sua própria visão do mundo.

Esta, que expresso neste ensaio, é a minha e clama por um mundo mais livre, com oportunidades para todos. Espero que, no futuro, os libertários deixem de ser apenas reativos aos excessos do poder e se afirmem mais pela positiva.

**Eu sou libertário porque é única opção racional para quem ama a liberdade.**

## MANIFESTO LIBERTÁRIO

Sento-me ao computador e primo algumas teclas, abro o processador de texto e começo a escrever. São sete e trinta da manhã do dia 17 de Dezembro de 2004 (data da versão original deste ensaio).

### – QUEM SOU EU?

Há mais de seis biliões de seres humanos na Terra e é provável que numa altura ou noutra a maioria se tenha colocado esta questão. Se me perguntam quem sou, dou uma resposta relativa ao contexto e à finalidade da pergunta. Digo o meu nome ou menciono a minha profissão, nacionalidade ou parentesco relativo a outros indivíduos.

Esta caracterização da minha identidade não responde, porém, à pergunta inicial. Quando

me interrogo, quem sou? Quero saber mais, ir além de aspectos contingenciais para atingir a essência da minha existência. As características que eu tenho de reter para permanecer eu próprio.

Serei apenas um arranjo particular de átomos que surgiu por consequência de arranjos anteriores, efeito de causas que desconheço, mas que reconheço. Submisso às Leis gerais da natureza e, portanto, determinado no mais ínfimo dos meus pensamentos.

Tragicamente espectador de uma peça em que também sou actor, sem autor, encenador ou director e sem fim feliz ou infeliz por cada acto decorrer apenas do anterior.

Ou serei obra de um Criador onisciente, onipotente e infinito, que se diverte comigo como uma criança se diverte com um soldadinho de chumbo. Ter-me-á dotado o Criador de livre-arbítrio? Poderei decidir o meu próprio futuro? Mas se assim for não

estaremos perante uma violação do determinismo inerente à matéria.

Terei alma? E se sim, o que lhe acontecerá quando eu morrer?

O mundo que me rodeia é complexo e é necessário um esforço gigantesco para o conhecer. Já não digo na sua plenitude, que ultrapassaria a capacidade humana, mas pelo menos de um modo operacional. O suficiente ou necessário para viver. Valerá a pena investir nesse esforço?

Será o conhecimento dele resultante válido? Como poderemos reconhecer a essência do existente, se esta for mais do que a simples ideia percebida. Não será um esforço inútil, que apenas aportaria a um discurso que não poderemos reputar de mais válido do que qualquer outro?

**René Descartes** (1596-1650), o Pai da filosofia moderna, colocou-se estas perguntas e procurou responder-lhes como testemunha

do tempo que viveu. Analisando todas as respostas possíveis e submetendo-as ao crivo de um cepticismo radical. Por fim chegou à conclusão de que apenas uma proposição era de uma certeza inabalável. A afirmação da "existência" porque até para duvidar da existência é necessário "existir" e, portanto, a consciência da existência é uma certeza absoluta.

### **"Cogito, ergo sum"**

Descartes não se refere à existência física do seu corpo, mas sim ao objecto existencial que pensa — a mente. Relativamente ao mundo físico Descartes deduz que este existe e que é passível de ser conhecido através da razão, instrumento divino por natureza, que lhe permite escapar aos erros resultantes da falibilidade dos sentidos que o seu cepticismo não deixa de denunciar.

A quatrocentos anos de distância poderá Descartes ajudar-me a descobrir quem sou? A certeza impositiva da afirmação da existência

continua inabalável. **Eu sou um ser pensante.** Mas o conhecimento científico, de cujos frutos vivemos rodeados, não nos permite já aceitar que esse ser pensante exista dicotomizado do meu corpo e que possa ter uma existência autónoma. O meu pensamento é parte do meu corpo físico. O dualismo mente ou alma e corpo persiste, contudo, na nossa matriz cultural por contraponto ao determinismo materialista que nega o livre arbítrio e a liberdade humana. A alma escapa às leis da natureza e alimenta a nossa paixão pela liberdade, uma percepção tão clara e distinta que não estamos dispostos a aceitar que seja ilusão.

Enquanto me reconheço atualmente como um ser pensante pergunto-me desde quando tenho essa consciência e de que forma a adquiri. Não estava presente quando abandonei a matriz física – a mãe, nem nos primeiros anos de vida. A existência material do meu corpo não determina, portanto, a consciência da minha existência enquanto ser

pensante. É necessário crescer e apreender num processo lento de interação constante com o meio, em particular, cultural, em que o crescimento/ desenvolvimento decorre. Sem essa interação eu não passaria de uma besta da espécie homo sapiens, pouco individualizado e apenas entregue à satisfação imediata das necessidades básicas de qualquer mamífero. Um recuo de mais de 150.000 anos em termos culturais.

O "penso, logo existo" depende do facto de eu pertencer a uma espécie pensante que desenvolveu os elementos culturais necessários à existência do espírito.

**"Cogitatis, ergo sum" – "Vós pensais, logo eu existo", expressaria melhor esta dependência. O meu espírito foi gerado na matriz cultural da minha espécie. A minha consciência pensante surgiu num ponto do meu desenvolvimento que designarei por **"Ponto de Descartes Pessoal"**.**

Terá a maioria dos meus semelhantes atingido este ponto do desenvolvimento? Por certo que sim, no meio cultural em que eu vivo.

Contudo podemos dar também por certo que os nossos antepassados mais longínquos, numa fase incipiente da cultura humana não teriam tido essa possibilidade por carência absoluta de instrumentos culturais e civilizacionais.

Quem sou eu? A resposta implica conceitos de ser e de existência, de identidade e de essência que tardaram a surgir. Familiares para os clássicos Gregos, não sabemos quando é que estes conceitos emergiram pela primeira vez, mas sabemos que foi no passado recente da história da nossa espécie.

Ao falar de desenvolvimento cultural, podemos também estabelecer a existência de um **Ponto de Descartes Coletivo**, na matriz cultural. Culturas a montante deste ponto

poderão chamar-se pré-filosóficas e a jusante filosóficas.

Neste início do Século XXI coexistem na Terra povos que vivem na modernidade com povos que vivem em pleno neolítico com protoculturas que configuram paradigmas pré-filosóficos. Os seres humanos que se desenvolvem nestas comunidades não terão mais possibilidades de atingir o “ponto pessoal” de Descartes do que os nossos antepassados longínquos.

Estando certo de que sou um ser pensante estou também seguro de que apenas o sou por habitar em mim o espírito da matriz cultural. O meu ser resulta afinal da interação do meu genótipo particular com o meio ambiente. A unidade, na dualidade do corpo e do espírito.

Mas o que é a matriz cultural?

## MATRIZ CULTURAL

A cultura é o conjunto de valores, crenças e conhecimentos percebidos pelos membros de uma comunidade como relevantes. Existe de forma embrionária noutras espécies, como por exemplo nos Bonobos (*Pan paniscus*), mas da forma que hoje a entendemos é essencialmente humana.

Não é um conjunto estático e imutável, pelo contrário desenvolve-se em quantidade e em qualidade, especializando-se e sofisticando-se. Constitui, portanto, uma matriz.

Enquanto ser pensante que existe, eu sei que a minha existência foi gerada nessa matriz cultural que já existia antes de mim e que continuará a existir quando eu cessar.

No mundo que me rodeia e para me conhecer, tenho de começar por tentar conhecer a matriz cultural (matriz materna, por assim dizer – por similaridade com a língua materna).

A primeira dificuldade que se me depara decorre da natureza deste meu objecto de estudo. Nos meus cinquenta e três anos de vida (atualmente 71) a matriz cultural da minha comunidade sofreu alterações profundas. As minhas filhas têm crenças diferentes das minhas, adotaram valores diversos e o próprio conhecimento científico sofreu uma evolução exponencial.

A difusão maciça de informação pôs-me em contacto quase direto com outras comunidades que têm culturas diferentes da minha. Sei que poderia facilmente ser outro, noutro tempo ou noutro lugar ou até não ser (*non cogito, ergo non sum*), apesar de estar algures.

Que têm de comum estas diferentes manifestações da matriz? Como surgiram? Para quê? O estudo das protoculturas de sociedades de primatas permite esclarecer estas questões. A cultura é um instrumento de

## sobrevivência da espécie.

O seu desenvolvimento permite e garante o sucesso genético. A sua ausência limita e compromete. Esta premissa torna-se evidente nas protoculturas em que os elementos culturais presentes estão claramente relacionados com a alimentação, com hábitos de higiene ou com práticas de socialização destinadas a sedimentar a unidade da tribo. Ainda é evidente nas sociedades humanas primitivas. A descoberta do fogo e a sua utilização serve claramente propósitos genéticos.

Teriam, contudo, esses nossos antepassados consciência da sua existência enquanto seres pensantes?

Obviamente essa consciência surgiu à medida que se foram acumulando em quantidade e qualidade os elementos culturais que estruturam a razão e lhe são instrumentais. Em particular a linguagem — dos

chamamentos animais até às formas eruditas de expressão.

O pensamento filosófico e científico só se tornou possível com estas últimas. A diversidade de culturas humanas escamoteia o propósito do desenvolvimento da matriz “reencontrado apenas em Adão e Eva”. Descendentes em ambientes diferentes apenas vivem vidas diferentes, unidos pela substância em si da própria matriz.

Embora eu pudesse ser outro não poderia deixar de ser o filho, unido aos meus irmãos no espírito matricial. **Eu sou um ser pensante, da espécie homo sapiens.**

A matriz cultural existe antes e depois de mim e apenas se manifesta em mim, mas é antes de mais o espírito da minha espécie. A história do seu sucesso genético e a sua esperança de futuro.

É um espírito coletivo. Não é, porém, uma obra coletiva. É o somatório de pequenos contributos individuais. Criação da mente que passa para o espírito coletivo: quando o louco do fogo se extingue e surge a adoração do fogo, para logo se consubstanciar num elemento de um cadinho de quatro elementos e de novo numa visão paradigmática da génese do universo.

Enquanto elemento coletivo é necessário evidenciar que ninguém pode alterar a matriz. A “vox populi” traduz isto mesmo quando diz que somos "mudados pelo mundo," mas que não podemos "mudar o mundo".

Como conciliar este facto com a percepção de que a matriz está em constante evolução e de que esta surge sempre de contributos individuais?

Extrapolando das teorias do conhecimento científico é possível postular, pelo menos, duas teorias sobre a evolução cultural. Evolução-por-acumulação e evolução-por- crise ou revolução. A primeira teoria postula um efeito de massa resultante da acumulação de elementos culturais, pequenos ou grandes contributos que vão alterando e desenvolvendo a matriz, eliminando conceitos incongruentes e abrindo as portas à exploração de novos caminhos. A segunda teoria, desenvolvida por Thomas Kuhn para explicar a evolução do conhecimento científico, postula a existência de estádios ou paradigmas dos quais se sai por crise para um novo paradigma mais adequado aos novos conhecimentos ou desafios.

Qualquer destes pontos de vista reconhece o contributo individual mas não explicam como é que estes contributos individuais entram para o domínio coletivo nem explicam a existência de hiatos culturais, de períodos de esquecimento tão profundo que as

populações não guardam sequer memória do que esqueceram, as "longas noites". Pois a acumulação engrandece o conjunto, não o diminui, e a evolução por crises adiciona patamares, não os derruba.

Temos de reconhecer a ação da chamada mão invisível (Adam Smith), ou mão de Deus, na emergência dos elementos culturais como um produto agregado da ação humana. De iniciativa individual, mas dependente da aceitação dos nossos semelhantes. Não de todos, mas dos que reconhecem e retiram utilidade de novas ideias e que, portanto, as suportam e perpetuam, concedendo-lhes existência no espírito da matriz. Sem o efeito agregado da ação humana qualquer elemento cultural, quer surja por acumulação quer surja por rutura com paradigmas existentes, dissipar-se-á com o fim da existência pensante que lhe deu origem.

As longas noites surgem quando os elementos culturais perdem a sua utilidade e, portanto, deixam de ter suporte no espírito da matriz. Catástrofes naturais ou demoníacas (ex.: guerra nuclear) podem conduzir ao esquecimento e à morte do espírito, conduzindo-nos de novo à bestialidade.

O que é a verdade? Como podemos ter a segurança de que estamos certos? De um modo geral não podemos. A única verdade absoluta é apenas que existimos enquanto seres pensantes e que existimos enquanto indivíduos da espécie humana. Todo o conhecimento restante é apenas válido enquanto não for provado falso (ver teoria da falsificação de Karl Popper). Dá-nos, contudo, uma ferramenta preciosa para a sobrevivência.

A paixão pela verdade, talvez o valor cultural mais universal, leva-nos a juntar as peças do grande puzzle que constitui a nossa imagem do mundo, quanto mais peças juntamos mais

nítida é a imagem. Porém, se o resultado for falso, por reunirmos peças que não encaixam, tal não significa que não existam verdades, apenas que erramos na sua procura e que devemos tentar de novo.

Para eleger a paixão pela verdade como um valor assumimos a liberdade do espírito humano como um pressuposto. Sem livre-arbítrio não podem existir valores porque estes implicam escolhas que não podem estar predeterminadas. A paixão pela liberdade é um corolário da paixão pela verdade.

## LIVRE-ARBÍTRIO

Serei soberano do meu próprio destino? Terei livre-arbítrio? Terei a capacidade, enquanto ser pensante da espécie homo sapiens, de escolher de entre todas as alternativas que a vida me coloca as que correspondem aos meus interesses particulares e que contribuem para a minha felicidade ou será tudo apenas uma ilusão?

Ao definir-me como um ser pensante eu parto já do pressuposto que o livre-arbítrio é uma realidade.

Pensando eu reflito sobre conceitos e ideias, correlaciono factos e experiências, recorro à lógica, deduzo e induzo conclusões de determinadas premissas e em todo esse processo sinto-me livre no direcionamento da minha vontade. Se o não fosse o que significaria pensar? Que era apenas um espectador e não director. Que o “Ponto Pessoal de Descartes” seria apenas um momento de um estadio material, um castelo

de claras emergente de um puro mecanicismo. E que sentido faria falar de felicidade na medida em que esta não passaria de uma ocorrência fortuita para lá do meu controlo.

Elementos que consideramos essenciais da natureza humana como o gosto de nos afiliarmos a congéneres, de sermos estimados ou de nos realizarmos, tornados espúrios. Que valor lhes atribuir se não os pudéssemos conquistar.

A vida reduzida a uma tragédia grega, com o eu reduzido a um herói histriónico abandonado à cegueira de não querer contemplar o futuro quando este se torna presente, por ser destino. Sem livre-arbítrio eu não existo porque não penso.

Como conciliar, contudo, a possibilidade de livre-arbítrio com as leis que descobrimos comandarem a natureza?

A hipótese da ilusão (popular nas correntes niilistas) não é suficiente. Ter a ilusão de ser livre não é ser livre. Por outro lado, pretender que a liberdade humana é um fenómeno que escapa ao determinismo materialista do mesmo modo que certos fenómenos quânticos (ou de características caóticas) é risível.

O mundo, que é objecto dos nossos sentidos, obedece a leis de causa e efeito sem as quais a própria formação de conceitos e a sua correlação não seria possível. O pensamento resulta da ordem universal e é inimigo do caos.

A tentação é grande, portanto, de adotar explicações dualistas da natureza humana. O corpo seria escravo e a alma livre. Este dualismo, contudo, não se afigura, hoje, menos risível do que as hipóteses anteriores.

O estudo das leis da natureza fornece os elementos necessários a demonstrar a existência de livre-arbítrio assim como a demonstrar que este não viola a necessária dependência das sequências de causalidade a que não nos podemos furtar.

Subo à Torre de Pisa e deixo cair uma esfera de ferro para o chão. A esfera percorre uma determinada distância antes de se deter no pavimento. A queda ocorre inexoravelmente quando largo a esfera e, portanto, existe uma relação de causa e efeito entre o meu acto (A) e o seu resultado (B). A implica B e é possível estudar as Leis que regem esta relação sequencial como demonstrou Galileu.

A relação de causa e efeito implica tempo e espaço. B ocorre após A, na Torre de Pisa. Se A e B fossem coincidentes não seria possível estabelecer uma relação de causa e efeito, na medida em que ambos os fenómenos teriam ocorrido em simultâneo e não se poderia dizer que um era o efeito ou a causa do outro.

Ainda as relações de causa e efeito ocorrem num determinado espaço, neste caso na Torre de Pisa. Se A provocasse um efeito noutra dimensão do espaço escaparia à minha observação e não seria possível estabelecer uma relação.

Este modelo simplificado aplica-se a quaisquer outras circunstâncias. Uma borboleta bate as asas em Pequim e decorridas algumas semanas ocorre uma tempestade em Nova Iorque. Não conheço todos os factos que permitiram esta sequência, mas compreendo que operaram Leis naturais e que decorreu tempo entre um evento e o outro, que foram estudados em locais específicos.

O nosso Universo terá surgido do big-bang e na sua sequência formou-se o planeta Terra, há cerca de 4,5 biliões de anos, um corpo astral do sistema Solar, na Via Láctea. Tempo e espaço presentes mesmo em fenómenos que

temos dificuldade em compreender pela sua magnitude.

No meu pensamento, no meu espírito e na matriz, a eliminação do tempo e do espaço liberta a razão de mecanicismos materialistas e permite o livre-arbítrio, sem eliminar a submissão às Leis da natureza.

A afirmação: "Galileu é um cientista" é tão correta hoje como no tempo de Galileu e é tão correta onde escrevo como em qualquer outro lugar do mundo. "Eliminando o tempo e o espaço" o homem liberta-se, na sua mente, da limitada causalidade material do paraíso para se tornar num ser livre enquanto consciência pensante existente, mas escravo da razão.

Livre-arbítrio não significa arbítrio. A razão enquanto instrumento do espírito serve os propósitos da natureza humana não o vazio, meio e não fim, pelo que despida das motivações que animam a vontade, despida de emoções, a razão torna-se inútil (António

Damáσιο). Ao serviço de interesses contranatura torna-se diabólica.

Um astronauta é lançado da Terra numa nave em direção a uma estação espacial. Já na estação espacial olha para o nosso pequeno planeta azul enquanto experimenta lançar algumas pequenas esferas de ferro. Ao contrário do que acontece na Terra as esferas não caem e parecem flutuar no espaço, o astronauta libertou-se da gravidade terrestre e A deixou de causar B. Outras Leis operam provocando outros efeitos. Do mesmo modo o homem recolhe informação do mundo material processa-a no espírito de acordo com outras Leis, como são as da lógica e as da matemática, enquanto desligado do mecanicismo inerente à matéria que requer tempo e espaço.

No espírito é livre de escolher o seu caminho de acordo com a sua vontade e motivações, tornou-se num ser pensante consciente da sua existência. As suas escolhas são depois

transpostas para o plano material onde se submetem de novo à causalidade.

Vejo uma árvore de frutos e poderia derrubá-la para os comer, mas provavelmente a árvore não mais daria frutos e o prejuízo que daí adviria seria grande para mim e para a minha família, se desses frutos dependêssemos. No meu espírito articulo a sequência de eventos, antecipando consequências futuras e analisando o seu impacto. Como não pretendo destruir a minha fonte de alimentos limito-me a colher os frutos sem derrubar a árvore. Pude tomar uma decisão racional, no meu espírito, de acordo com os interesses da minha natureza e enquanto fui livre para tomar essa decisão não perturbei a sequencialidade imutável do natural.

**Sou um ser pensante, da espécie homo sapiens, com livre-arbítrio para decidir o meu futuro.**

Obviamente que não sou livre na prossecução do impensável que não sei que existe, mas livre para prosseguir os meus próprios fins, desde os mais elementares que se relacionam com a sobrevivência da carne até aos transcendentais que se referem à imortalidade e a Deus.

## DEUS

Deus existe. Tudo o que pode ser pensado existe, não no mundo material mas na matriz e no meu espírito. Existe enquanto ente matricial e objecto do pensamento. Para O conhecermos temos, porém, de começar por O negar enquanto irracionalidade.

Deus não é, nem pode ser, aquele velho de longas barbas que comanda o mundo do seu assento etéreo. Não é, nem pode ser, uma entidade onnipotente, onnipresente e onnisciente. Não é, nem pode ser, uma espécie de super-homem despido das nossas fraquezas humanas. Não é, nem pode ser, o ser maquiavélico que prefere ser temido a amado. Estas pequenas figuras também têm existência na matriz, como um produto agregado de pensamentos primitivos, herdeiros de um paganismo recente, refém dos deuses dos baixos instintos, mas não são O Deus da razão. O que expulsa o homem do seu paraíso bestial.

O Deus da razão é a mais sublime criação humana. É a própria estrutura e justificação da nossa matriz cultural, a imortalidade e a verdade.

A resposta ao único instinto exclusivamente humano, o Instinto Religioso. O instinto que submete a razão aos interesses da natureza humana e, em última instância, da nossa espécie. O instinto que a minha filha Sarah designou por "after-life instinct".

A vida replica-se e eterniza-se. Os seres primitivos dividem-se noutros que os imortalizam (cissiparidade). O homem não se divide, mas multiplica-se, cumprindo o preceito mais antigo de qualquer religião (Génesis 1:28 - Crescei e Multiplicai-vos) . Ao multiplicar-se eterniza-se e pode aspirar à imortalidade genética desde que assegure o sucesso da sua descendência e dos seus, na verdade e no sacrifício.

A pulsão pela imortalidade leva-nos a Deus, princípio e fim, intemporal e espiritual, fundamento da liberdade humana. A procura de Deus traduz-se, portanto, nos comportamentos que asseguram o sucesso da espécie e em particular dos nossos descendentes diretos. É um percurso que se inicia com o reconhecimento de um valor absoluto, o valor da vida, e que se percorre no respeito dos valores que são subsidiários do valor da vida, sacrificando as paixões da carne no objetivo último da imortalidade e de Deus.

As igrejas e as estruturas religiosas interpretam o divino no plano vivencial. Enquanto, porém, Deus é intemporal e universal, as religiões estão marcadas pelas suas épocas e espaço geográfico, evoluindo de acordo com as imposições da história e do momento. O "olho por olho, dente por dente", por exemplo, tem a indubitável marca do tempo e de algum modo foi ultrapassado pelo "amai-vos uns aos outros...", mas ambos

serviram os mesmos fins em épocas diversas. Procurar a imortalidade é zelar pela nossa descendência e “lato sensu” pela sociedade e pela humanidade, o que implica estratégias diversas em alturas diversas. Sacrifícios são necessários porque a abastança futura depende da poupança atual e porque as populações futuras não sobreviveriam apenas com os recursos contemporâneos.

Os valores subsidiários do valor da vida são a liberdade, a propriedade e a possibilidade de buscar a felicidade. Sem liberdade não é possível o pensamento e, enquanto seres racionais, sem liberdade a vida não é possível. A propriedade é um resultado da ação legítima de seres livres e a sua expressão. Sem poder guardar os frutos do seu trabalho e, portanto, assegurar a própria vida e a dos nossos ninguém se pode dizer livre porque a liberdade serve apenas para garantir a vida.

Os que procuram Deus, a imortalidade e a verdade, praticam o bem e podem aspirar à

felicidade. Os que renegam Deus e praticam o mal serão condenados e sofrerão infelicidade.

Os códigos religiosos traduzem estes princípios. A afirmação absoluta da existência da verdade, desde logo a verdade da existência de Deus, enquanto imperativo categórico da existência de seres pensantes. O valor da vida, através da interdição do assassinio. O valor da propriedade pela interdição do roubo. O valor da felicidade, como recompensa pela prática do bem e eventualmente a recompensa mais desejada, a imortalidade. Os que se sacrificam pelos valores da vida conquistam a imortalidade.

Como todos os instintos também o instinto religioso está sujeito a perversões que exaltam aspectos particulares da natureza humana na prossecução do mal e na destruição da vida. Tal como as perversões dos outros instintos não destroem o seu valor intrínseco, quando dirigido ao seu objecto vocacional, também as perversões do instinto religioso não devem

servir para negar o seu propósito último que é a vida.

**Eu sou um ser pensante, da espécie homo sapiens, com livre-arbítrio para decidir o meu futuro, em Deus.**

Não vivo isolado, mas em sociedade com os meus semelhantes, unidos por um contrato de mútuo reconhecimento de direitos inalienáveis, que correspondem aos valores do espírito, garantido pelo Estado.

## LIBERTARIANISMO

O ser humano é por natureza um animal político, como reconheceu Aristóteles, por só se realizar em sociedade. No sentido filosófico podemos, contudo, ir mais além e afirmar que o homem, como hoje o conhecemos, só existe em sociedade na medida em que o seu espírito existencial nasce da matriz cultural e nunca se formaria na sua ausência (Pontos de Descartes).

A vida em sociedade exige regras claras que respeitem os valores que orientam a nossa razão e sem os quais nos perderíamos. Desde logo o valor da vida e de Deus enquanto imortalidade e verdade.

A política é o ramo da filosofia que estuda as regras da vida em sociedade, que nos Estados modernos estão consagradas em Contratos Constitucionais. Contratos que traduzem na esfera jurisdicional os chamados valores naturais. O valor da vida, com o direito à

vida e os seus valores subsidiários, como os direitos à liberdade, à propriedade e à busca da felicidade.

Cada um é titular da sua própria vida e soberano na busca da sua felicidade. O papel do Estado enquanto garante dos direitos individuais é assegurar a segurança interna e externa, administrar a justiça e garantir o cumprimento de contratos livremente celebrados entre os cidadãos – minarquia.

Por deter o monopólio da violência, o Estado pode facilmente constituir uma ameaça e por isso o poder do Estado tem de ser dividido e balanceado entre os poderes executivo, legislativo e judicial, cada um com a sua própria legitimidade democrática. O paradigma do Estado moderno é a democracia liberal e capitalista como existe nos Estados Unidos da América desde o Século XVIII., não a democracia mas a república.

É um lugar-comum afirmar que a democracia é um péssimo sistema de governo, mas que é o melhor que se conhece. É um lugar-comum falso! A democracia enquanto poder ilimitado das maiorias em nada se distingue de uma ditadura e em muitos aspectos é pior porque se sente legitimada.

Nas repúblicas o poder das maiorias está limitado pelos direitos individuais (ex.: Bill of Rights, de 1791), por seu turno assegurados por instituições não eleitas, como o Supremo Tribunal de Justiça nos EUA.

Constituirá a democracia liberal e capitalista o Fim da História, no sentido de ser uma forma insuperável de organização política. O Fim da História no sentido (finalista) que lhe atribuíram Hegel, Marx e Fukuyama?

Edward O. Wilson afirma que: "as espécies muito socializadas comportam-se como se soubessem que os seus genes proliferarão ao máximo ... orquestrando respostas comportamentais que se traduzem pela

combinação ótima de sobrevivência individual, reprodução e altruísmo".

Se a democracia liberal e capitalista corresponder à melhor forma de organizar esses comportamentos então teremos atingido o Fim da História. Não pelas ponderosas razões invocadas pelos ilustres finalista citados (cada um com a sua própria visão), mas simplesmente no "interesse da espécie".

Trata-se de uma hipótese científica porque a biologia pode demonstrar que existem formas de organização política superiores que permitem a prossecução dos imperativos biológicos de forma mais eficaz.

Neste início do terceiro milénio é útil termos consciência de que, mesmo que a democracia liberal e capitalista não constitua o fim, não existem, por ora, alternativas credíveis. O comunismo e de uma forma mais mitigada os socialismos redundaram em fiascos

tremendos por negarem a natureza humana, Deus e a razão.

Na maioria dos Estados os direitos cívicos não são reconhecidos. Ou porque as culturas locais são pré-filosóficas e a organização política é de tipo tribal ou porque sendo filosóficas foram tomadas de assalto por mafias organizadas em partidos políticos que utilizam o monopólio da violência do Estado para espoliarem, em proveito próprio, populações ingênuas e indefesas.

Nestas sociedades a felicidade é definida pelos patriarcas, pelos ayatollahs, pelos caciques locais ou por quaisquer outros líderes partidários que exigem sacrifícios pela tribo, por Jeová, por favores ou em nome do supremo interesse da nação. O direito à propriedade não existe para quem se esforça honestamente, mas apenas para quem detém o poder de a defender da cobiça, pela força bruta ou manipulação dos órgãos judiciais. A liberdade é uma quimera e o direito à vida

uma lotaria. Infelizmente não é fácil mudar este estado de coisas e as mais das vezes o contributo de uma vida não chega. Temos de recordar que as ideias libertárias da guerra da independência da América e da Revolução Francesa têm pouco mais de 200 anos e que, em França, redundaram no terror fratricida e na corrupção que perdura até hoje. Mesmo nos EUA, os ideais republicanos parecem seriamente ameaçados como ficou demonstrado durante a crise da Covid em que, pela primeira na história, pessoas saudáveis foram colocadas em “prisão domiciliária”.

Os que vivem nas democracias liberais e capitalistas devem dar graças a Deus. Os outros, a maioria, não deve esquecer que a vida sem liberdade não tem valor porque afasta o homem da imortalidade e da verdade, torna-o num zombie. Os seres pensantes devem tornar-se cruzados pela liberdade, usando a arma divina da razão.

**Eu sou um ser pensante, da espécie homo sapiens, com livre-arbítrio para decidir o meu futuro, em Deus, com direitos inalienáveis à vida, à liberdade, à propriedade e à procura da felicidade.**

## UMA VISÃO DO MUNDO

Que têm de comum Leonardo (1452-1519), Mozart (1756-1791) ou Gaudí (1852-1926) para os considerarmos artistas de génio e como é que os seus contributos podem ser comparados com os de cientistas de génio, como Galileu (1564-1642), Newton (1642-1727) ou Einstein (1879-1955).

O que é a arte? E em que medida difere da ciência? Que valor tem a arte para a humanidade por comparação com o valor da ciência de cujos frutos vivemos rodeados?

Penso que é insuficiente definir a arte como a procura do belo e que, esta definição, de pouco serviria para a diferenciar da ciência, na medida em que muitos veem beleza na física ou na matemática.

Paul Johnson, historiador inglês, diz que a arte é uma resposta à “procura de ordem no Universo”, elemento essencial da procura da felicidade e, portanto, instrumento último da

felicidade humana. Contudo a ciência também é a “procura de ordem no Universo”, essencial à felicidade humana e, neste aspecto, não se distingue da arte.

Uma reflexão sobre a vida e a obra das pessoas que mencionei revela de imediato uma diferença fundamental que nos pode ajudar a compreender a natureza da arte e o que a diferencia da ciência.

As obras de Leonardo, Mozart ou Gaudí são de natureza pessoal e insubstituíveis. A Mona Lisa, As Bodas de Fígaro ou a Catedral da Sagrada Família não existiriam se estes artistas de génio não tivessem vivido. Poderiam existir obras similares, ao estilo da época, mas não as mesmas. Relativamente a Galileu, Newton e Einstein a situação é diferente, as suas descobertas teriam sido feitas por outros, mesmo que muito mais tarde. A beleza extraordinária das leis que enunciaram resulta directamente da ordem universal, não foram criadas mas descobertas.

Este facto essencial permite-nos assegurar uma diferença fundamental, a arte é criação enquanto a ciência é descoberta.

Enquanto criação a arte tem o cunho pessoal do artista e a sua existência depende da deste, a ciência existe independentemente do cientista.

Tanto a arte como a ciência fazem parte do domínio coletivo da matriz cultural, enquanto produtos individuais, agregados pela utilidade que apresentam, num determinado contexto histórico, para as populações.

Os objectos de arte não têm, porém, que se confinar aos elementos estruturantes da matriz, por serem uma visão pessoal da própria matriz, libertada de constrangimentos temporais ou espaciais. Digamos que são uma forma de o artista ver o mundo. Contrariamente a ciência tem de se submeter à estrutura da matriz e as suas descobertas estão intimamente ligadas a um

tempo, no tempo e no espaço. Não tem valor reinventar a roda, mas pode ser útil conhecer uma percepção particular da roda enquanto motivo artístico.

Quando é que uma visão particular do mundo entra para o domínio coletivo e se transforma em arte? Quando um grupo significativo de seres humanos se identifica e inspira com essa visão, retira dela utilidade e, portanto, está disposto a atribuir-lhe valor. Uma situação que não é estática, mas que evolui com o tempo, sendo possível que um artista ignorado hoje venha a ser reconhecido no futuro e vice-versa.

O modo como essa valorização se processa pode ser múltiplo e difere também do modo de reconhecimento científico que está limitado à razão.

A valorização da arte pode resultar de uma intuição, contemplação, meditação, excitação dos sentidos, emoção ou qualquer outra, resultando apenas significativo que o objecto

é valorizado e procurado por seres pensantes, mesmo que cada um o valorize por motivos diversos.

Todos os seres pensantes têm uma visão pessoal do mundo que podem expressar por simples opiniões ou por obras de âmbito artístico. À partida todas têm validade, embora só algumas venham a ter valor.

Um dos aspectos mais importantes da nossa cultura é deixar a cada indivíduo o espaço necessário a que este desenvolva a sua visão pessoal do mundo.

Uniformizar é destruir o fermento da matriz, limitar o progresso e diminuir a nossa capacidade de sobreviver a desafios futuros que neste momento nem sabemos que existem.

A matriz é de todos, mas é tecida individualmente por cada ser pensante.

**Eu sou um ser pensante, da espécie homo sapiens, com livre-arbítrio para decidir o meu futuro, em Deus, com direitos inalienáveis à vida, à liberdade, à propriedade e à procura da felicidade e com a minha própria visão do mundo.**

SEIXAS, 31 de Agosto de 2022

Joaquim Sá Couto

A primeira edição deste ensaio foi publicada em 2005, com o título **MEDITAÇÕES**

ISBN 972-9060-10-0

Depósito legal N<sup>o</sup> 225535/05

**«Eu sou um ser pensante, da espécie homo sapiens, com livre-arbítrio para decidir o meu futuro, em Deus, com direitos inalienáveis à vida, à liberdade, à propriedade e à procura da felicidade e com a minha própria visão do mundo».**

Joaquim Sá Couto, MD MBA

31/08/2022

jsacouto@mac.com